


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0011278-90.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação**
 Documento de Origem: **CF, OF, IP-Flagr. - 2560/2016 - 3º Distrito Policial de São Carlos, 1049/2016 - 3º Distrito Policial de São Carlos, 371/2016 - 3º Distrito Policial de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **DIEGO GOMES DE ANDRADE**

Réu Preso

Justiça Gratuita

Aos 07 de fevereiro de 2017, às 14:30h, na sala de audiências da 1ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. **ANTONIO BENEDITO MORELLO**, comigo Escrevente ao final nomeada, foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, verificou-se o comparecimento do Dr. Luiz Carlos Santos Oliveira, Promotor de Justiça, bem como do réu **DIEGO GOMES DE ANDRADE**, devidamente escoltado, acompanhado do Defensor Público, Dr. Lucas Corrêa Abrantes Pinheiro. Iniciados os trabalhos foram inquiridas as testemunhas de acusação Cristiano Santana da Silva e Fabiano Pavam, em termos apartados. Ausente a vítima Reinaldo Santos Ribeiro, que reside em Goiás e não foi intimada. As partes desistiram da oitiva da vítima. O MM. Juiz homologou as desistências e passou ao interrogatório do réu, também em termo apartado. Estando encerrada a instrução o MM. Juiz determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao DR. PROMOTOR:** MM. Juiz: O réu foi denunciado como incurso na sanção do art. 180 caput do C.P. uma vez que na ocasião foi surpreendido estando na posse e conduzindo uma moto objeto de furto no estado de Goiás. A ação penal é procedente. Em que pese o réu ter alegado em juízo que não estivesse na posse da motocicleta, essa situação encontra-se contrariada pelas outras provas. No auto de prisão em flagrante, o réu admitiu que estava na posse desse veículo e que foi abordado pelos policiais logo após tê-lo abastecido. Os dois policiais disseram em juízo que o réu foi surpreendido quando estava conduzindo a motocicleta e que ao ser inquirido admitiu tê-la adquirido de um desconhecido; os dois policiais disseram que o réu, ao ser indagado, também disse que não tinha documentação da moto. Como é sabido, o dolo do crime de receptação deve ser aferido pelas circunstâncias indiciárias. No caso, estivesse mesmo o réu de boa fé, ou seja, caso tivesse adquirido o veículo de alguém sem saber a origem ilícita, o nome deita pessoa teria sido por ele de imediato falado aos policiais e à autoridade policial no auto de prisão em flagrante. Por outro lado, quem adquire veículo, tal como ele falou aos policiais, também de boa fé, sabe que todo veículo, para circular, o condutor deve trazer o documento obrigatório. Assim, adquirir veículo de desconhecido e sem qualquer documentação é indício suficiente de que a pessoa que está na posse do veículo tem conhecimento da origem ilícita, daí a configuração do crime de receptação. Isto posto, requeiro a condenação do réu nos termos da denúncia. É ele reincidente em crime de tráfico, de modo que, embora não se trate de reincidência específica, parece que o réu não preenche o requisito subjetivo para substituição de pena, em face desses antecedentes, que revelam personalidade voltada à prática de delitos que causam significativo prejuízo à sociedade. Assim, parece mais razoável fixar-se o regime semiaberto para início de cumprimento da pena. **Dada a palavra À DEFESA:** MM. Juiz:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

Requer-se a absolvição de Diego por falta de provas nos termos do art. 386, VII do CPP. Na autodefesa, interrogado, o réu negou a receptação repelindo as condutas de receber e transportar, disse que a moto foi localizada noutro lugar e depois imputada a ele pelos policiais interessados em sua incriminação. Disse que naquele dia um militar fora agredido nas imediações do bairro e que isso gerou estado de animosidade e revide por ele suportado. Além da negativa, entende a defesa, data vênua, ser inconsistente a versão dos policiais na medida em que aduzem a extrema coincidência de abordar o réu dirigindo a moto no exato instante em que ele estava na frente de sua própria casa. É certo que a versão de policiais militares não merece qualquer reserva em razão da função que ocupam, exceto quando concretamente haja razões para suscitar dúvida razoável. Parece ser esse o caso em razão da aludida e improvável coincidência. Não bastasse, falta ainda prova da suposta denúncia anônima, assim como falta credibilidade à sua existência. Afinal, como alguém poderia saber e denunciar que a moto era produto de crime. Denúncias anônimas podem servir de base para diligências posteriores, mas não como fundamento único para início de ações policiais, segundo a jurisprudência do STJ. Também não há prova do dolo, em que pesem as respeitáveis ponderações ministeriais, baseadas em indícios. Prova judicial não há de que o réu efetivamente sabia da origem ilícita da moto. Assim requer-se a absolvição do réu. Se todavia for condenado, requer-se pena privativa de liberdade mínima, em regime inicial semiaberto, mesmo considerada a reincidência, em face da pouca gravidade concreta do fato apurado, destacando-se que o regime intermediário foi objeto de pedido também do fiscal da Lei. A pena privativa de liberdade poderá ser substituída por restritiva de direitos na forma do art. 44 § 3º do C.P. em razão da inexistência de reincidência específica. Não faltam, data vênua, requisitos subjetivos, como sopesado pela acusação, na medida em que maus antecedentes nos termos da manifestação ministerial, confundem-se com a ideia de reincidência para os fins do art. 44 § 3º, havendo expressa autorização legislativa para concessão de pena alternativa a reincidentes não específicos. A medida é ademais socialmente recomendável na forma da lei, porque o cárcere da forma em que se encontra não será capaz de cumprir suas promessas vazias de ressocialização e prevenção. É necessário destacar por fim o cabimento da detração do art. 387 § 2º do CPP que autoriza, após a fixação do regime semiaberto, a aplicação imediata do aberto para início de cumprimento da pena. Em último lugar, vencidos os fundamentos da prisão preventiva, deve ser concedido o direito de recorrer em liberdade, até porque se o regime inicial será o semiaberto, a custódia, equivalente ao fechado, significará situação mais grave, ofensiva ao postulado da homogeneidade. Em seguida, pelo MM. Juiz foi dito que passava a proferir a seguinte sentença: **VISTOS. DIEGO GOMES DE ANDRADE**, RG 4.758.447, qualificado nos autos, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 180, caput, do Código Penal, porque no período compreendido entre os dias 04 de julho de 2016 e 09 de novembro de 2016, por volta das 13h38min, na Rua Alcides Talarico, nº 85, Santa Angelina, nesta cidade e comarca, DIEGO recebeu e conduziu, em proveito próprio, a motocicleta Yamaha/Factor YBR-125K, placas NLT-3268-Panamá-GO, cor roxa, avaliada em R\$ 4.600,00 coisa que sabia ser produto de crime, fazendo-o em detrimento de Reinaldo Santos Ribeiro. Consoante o apurado, no dia 04 de julho de 2016, na Rua Tupinambás, nº 969, Itumbiara-GO, o referido veículo veio a ser furtado por indivíduo(s) desconhecido(s). De conseguinte, no interregno entre os dias 04 de julho de 2016 e 09 de novembro de 2016, o denunciado recebeu o automotor em comento de pessoa(s) desconhecida(s), sem a devida documentação e sem se cercar das formalidades que permeiam esta modalidade de transação, ao que se pôs a pilotá-lo por esta cidade e comarca. E tanto isso é verdade que, no dia 09 de novembro de 2016, policiais militares se deslocaram até o Bairro Santa Angelina, nesta cidade e comarca, a fim de apurar a notícia de que um indivíduo estaria a trafegar com uma motocicleta produto de crime. Uma vez na Rua Alcides Talarico, nº 85, os milicianos lograram confirmar a informação em comento, oportunidade em que viram DIEGO a pilotar o veículo acima referido, justificando a sua abordagem. Instado acerca da motocicleta, o denunciado se limitou a afirmar que a teria adquirido de outra pessoa, porém sem identifica-la e



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

sem apresentar a devida documentação apta a justificar o seu alegado, dando azo à sua prisão em flagrante delito. Tem-se que o dolo de DIEGO é manifesto. Primeiro, porque não soube indicar de quem teria adquirido a motocicleta apreendida ou mesmo o valor dispendido para tanto. Segundo, porque não apresentou qualquer documentação que pudesse justificar a posse do veículo produto de furto. O réu foi preso em flagrante sendo a prisão do mesmo convertida em prisão preventiva (pág. 93/94). Recebida a denúncia (pág. 113), o réu foi citado (pág. 119) e respondeu a acusação através do defensor público (pág. 123/124). Sem motivos para a absolvição sumária designou-se audiência de instrução e julgamento realizada nesta data, quando foram ouvidas duas testemunhas de acusação e o réu foi interrogado. Nos debates o Dr. Promotor opinou pela condenação e a Defesa requereu a absolvição negando a autoria e afirmando a insuficiência de provas, além de buscar os benefícios que a legislação concede ao réu em caso de condenação. **É o relatório. DECIDO.** O Centro de Operações da Polícia Militar recebeu denúncia anônima informando que em determinado bairro uma pessoa estava na posse e conduzia uma motocicleta produto de furto ou roubo, fornecendo as características do condutor e do veículo. Então policiais foram para o local e no patrulhamento surpreenderam o réu na condução da moto denunciada, realizando a sua abordagem quando chegaram na residência em que morava. De fato, feita a pesquisa, comprovou-se que aquele veículo tinha origem ilícita. O réu informou aos policiais que tinha adquirido aquele veículo de um desconhecido, sem apresentar os documentos ou outras explicações. A motocicleta realmente era produto de furto ocorrido na cidade de Itumbiara conforme comprovam os documentos de fls. 24/28. O réu, quando interrogado no auto de prisão em flagrante, disse que tinha emprestado aquele veículo de um indivíduo que estava na rua, não sabendo informar nem o nome e tampouco a localização do mesmo (fls. 08). Em juízo, certamente esquecendo-se do que havia dito no inquérito, o réu procurou ir mais além e negou ter estado na posse da motocicleta. Os policiais ouvidos foram firmes e categóricos em afirmar que indo verificar a denúncia encontraram o réu conduzindo aquela moto e que dele ouviram a explicação de que a tinha comprado. É evidente e não deixa margem para dúvida, que o réu efetivamente estava na posse e conduzia a motocicleta apreendida e que tinha origem ilícita. O fato, por si só, confirma a autenticidade da denúncia anônima, porque o que foi delatado se completou com o encontro do réu com a motocicleta furtada. Nada existe nos autos para que possa desmerecer o testemunho dos policiais. Já a versão conflitante do réu, nada mais é do que uma demonstração segura do conhecimento que ele tinha de ser a moto produto de origem ilícita, revelando com isso o dolo exigido. O réu não deve ter adquirido a moto, até porque não tinha dinheiro para tanto, mas ao recebê-la e conduzi-la, tinha pleno conhecimento que estava na posse de um bem produto de crime. E tanto isto é certo, que forneceu três versões sobre o fato, ou seja, a primeira dita aos policiais de que havia comprado a moto de um desconhecido. Depois, para o delegado, informou que tinha emprestado o veículo de um desconhecido. Por último, em juízo, resolveu negar que teve a posse do veículo. Assim, resta bem caracterizado o crime pelo qual o réu foi denunciado, devendo ser condenado. Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE A ACUSAÇÃO** e passo a fixar a pena ao réu. Observando todos os elementos que formam os artigos 59 e 60, do Código Penal, mesmo reconhecendo que o réu não tem bons antecedentes, delibero estabelecer a pena-base no mínimo, isto é, em um ano de reclusão e 10 dias-multa. Na segunda fase, inexistindo circunstância atenuante acrescento um sexto pela agravante da reincidência (página 107). Torno definitiva a pena resultante por inexistir outras causas modificadoras. Sendo reincidente, ainda que por crime diverso, o réu não é merecedor da pena substitutiva, porque ausentes os requisitos do artigo 44, III, do C.P. e, além disso, a substituição para caso como o do réu, que voltou a delinquir poucos dias depois da prisão, não se mostra socialmente recomendável e tampouco seria suficiente para a reprovação e prevenção do crime aqui cometido. Condene, pois, **DIEGO GOMES DE ANDRADE** à pena de **um (1) ano e dois (2) meses de reclusão e onze (11) dias-multa, no valor mínimo, por ter infringido o artigo 180, "caput", do Código Penal.** Sendo


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

reincidente e com passado comprometedor, impõe-se a fixação do **regime semiaberto**, que reputo suficiente para o caso, não vejo possibilidade de fazer aqui a progressão para o regime aberto, a despeito da recomendação do art. 387, § 2º, do CPP, porque há a necessidade de examinar o mérito, como exige o art. 112 da LEP. Como aguardou preso o julgamento, assim deve continuar, não podendo recorrer em liberdade. Recomende-se o réu na prisão em que se encontra. Deixo de responsabilizá-lo pelo pagamento da taxa judiciária por ser beneficiário da assistência judiciária gratuita. Oficie-se à Delegacia de Polícia de Itumbiara com cópia do Boletim de fls. 24/27 e do auto de fls. 19/20, para que a vítima seja localizada e informada que o seu veículo encontra-se apreendido aqui em São Carlos e que a mesma venha retirá-lo apresentando o documento de propriedade. Oficie-se também à DelPol autorizando a entrega da motocicleta à vítima com isenção das taxas do pátio. Dá-se a presente por publicada na audiência de hoje, saindo intimados os interessados presentes. **NADA MAIS.** Eu, _____, Eliane Cristina Bertuga, escrevente técnico judiciário, digitei e subscrevi.

MM. Juiz(a):

Promotor(a):

Defensor(a):

Ré(u):